

ÁGUAS DE DOURO E PAIVA, S.A.

Concurso Público com Publicidade Internacional

**PROC-DP-54/2025 - ACORDO QUADRO PARA
AQUISIÇÃO DE CAUDALÍMETROS - 2025**

Caderno de Encargos

Capítulo I – Objeto do Acordo Quadro

Cláusula I.^a

(Objeto)

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no acordo quadro a outorgar com a entidade selecionada no âmbito do procedimento de Concurso Público com Publicidade Internacional para a celebração de Acordo Quadro para a Aquisição de Caudalímetros e Outros Materiais Conexos, todos melhor descritos e identificados no **Anexo III ao Programa de Procedimento**, a utilizar na manutenção do conjunto de equipamentos da Águas do Douro e Paiva, S.A., adiante e abreviadamente designada AdDP.

2. Este procedimento de contratação permitirá a aquisição, não só dos materiais melhor identificados no **Anexo III ao Programa de Procedimento**, bem como de todos os demais materiais imprescindíveis para a cabal manutenção dos equipamentos das tipologias elencadas no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, perante os quais a AdDP se confronta com uma impossibilidade de discriminação individual, concreta e exaustiva, face ao seu elevado/incontável número e de acordo com o previsto na cláusula 7.^a do presente Caderno de Encargos.

3. O acordo quadro será celebrado com uma única entidade, conforme possibilidade prevista nos termos do disposto na alínea a), do n.º I, do artigo 252.º do Código dos Contratos Públicos, e terá por objeto a atribuição à Entidade Adjudicante, do direito de celebrar, com a entidade selecionada, múltiplos contratos optativos de aquisição de bens.

4. Os contratos de aquisição de bens a celebrar ao abrigo do acordo quadro terão por objeto a aquisição de caudalímetros e outros materiais conexos, todos melhor identificados no **Anexo III ao Programa de Procedimento**.

5. Atendendo à natureza do procedimento subjacente aos contratos a celebrar, a entidade adjudicante não se obriga a contratar qualquer tipo de bens nem quantidades, mínimas ou máximas.

6. Caso a especificação técnica dos materiais, constante do **Anexo III ao Programa de Procedimento**, corresponda no momento atual ou durante a execução do acordo-quadro a modelos descontinuados no mercado, a Entidade Selecionada

obriga-se a fornecer outros que garantam as características de conformidade técnica e total compatibilidade com o equipamento onde são aplicados, de acordo com o previsto na Cláusula 7.^a do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.^a

(Objeto dos contratos)

1. Com a celebração do acordo quadro, a entidade selecionada obriga-se a celebrar com a Entidade Adjudicante contratos de aquisição de bens que terão, cada um deles, por objeto o fornecimento dos materiais descritos no **Anexo III ao Programa de Procedimento**.
2. O acordo quadro, bem como os respetivos contratos, a celebrar, serão adjudicados consoante os lotes a seguir identificados:
 - LOTE N.º 1 – Caudalímetros A
 - LOTE N.º 2 - Caudalímetros B
 - LOTE N.º 3 – Caudalímetros C
3. Cada um dos lotes identificados no número anterior corresponderá à celebração de um acordo quadro autónomo, nos termos do disposto na alínea a), do n.º I, do artigo 252.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 3.^a

(Direito de opção)

1. Ficará na exclusiva disponibilidade da Entidade Adjudicante, exercer o direito de opção a que alude a cláusula anterior e, com isso, determinar a conclusão dos contratos optativos.
2. A celebração de qualquer contrato optativo ao abrigo do acordo quadro constitui opção unilateral da Entidade Adjudicante, não ficando, por isso, obrigada à celebração de qualquer contrato, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 255.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 4.^a

(Valor do acordo quadro)

1. Com a celebração do acordo quadro, a entidade selecionada atribui à Entidade Adjudicante, o direito previsto na cláusula anterior a título gratuito, razão pela qual o

acordo quadro, por si só, não gera para a Entidade Adjudicante, a obrigação de pagar qualquer preço por mor de tal atribuição, nem o reconhecimento de qualquer benefício económico, direto ou indireto, seja a que título for.

2. Os preços unitários que integram o âmbito do acordo quadro são os oferecidos pela Adjudicatária na respetiva proposta.

3. Para efeitos do disposto no artigo 17.º, n.º 4 do Código dos Contratos Públicos, define-se em 230.000,00 EUR (duzentos e trinta mil euros) o valor global e total do acordo-quadro, correspondendo aquele valor à despesa máxima possível ser realizada com a execução de todos os contratos a celebrar durante a vigência do acordo-quadro, para o conjunto dos lotes a que respeitem, pelo que o acordo-quadro cessará efeitos, de forma imediata e automática e sem necessidade de qualquer formalidade, quando o limiar para cada lote for alcançado, independentemente do não atingimento do prazo previsto na Cláusula 11.ª, n.º 1.

4. O somatório dos valores dos contratos a celebrar ao abrigo do presente acordo-quadro, por lote, não podem ultrapassar os seguintes valores “máximos”:

- LOTE N.º 1 – Caudalímetros A – 130.000,00 euros (cento e trinta mil euros);
- LOTE N.º 2 - Caudalímetros B - 60.000,00 euros (sessenta mil euros);
- LOTE N.º 3 – Caudalímetros C - 40.000,00 euros (quarenta mil euros).

5. Adicionalmente, são fixados os preços base unitários previstos na Lista de Preços Unitários (LPU), constante do **Anexo III ao Programa do Procedimento**, os quais se encontram sujeitos à concorrência de mercado pelo Caderno de Encargos.

6. Não serão aceites pela Entidade Adjudicante quaisquer revisões de preços, ficando compreendido no risco contratual pretendido assumir pela Adjudicatária na sua proposta quaisquer outras flutuações evidenciadas pelo mercado.

Cláusula 5.ª

(Consulta Preliminar ao Mercado)

1. Nos termos previstos no artigo 35.º-A do CCP foram efetuadas consultas informais ao mercado, determinantes para definir os preços base unitários.

2. Foram consultadas as entidades abaixo identificadas, sendo que os preços propostos auxiliaram na determinação dos preços base unitários fixados no presente procedimento:

- a) Setcontrol - Projecto e Controlo Industrial, Lda. – 504069292;

- b) Hidrolink - Águas e Saneamento, Lda. – 508194008;
- c) Siemens, S.A. – 500247480;
- d) SENSORDIN - SISTEMAS E EQUIPAMENTOS ELÉCTRICOS, LDA - 504715607;
- e) Bresimar Automação, S.A. – 501361715;
- f) Endress+Hauser Portugal, S.A. – 505382750;
- g) 4ENERGY - Comércio e Instalações Técnicas, Lda. – 513718737;
- h) Sust4Amb - Ambiente e serviços, Lda. – 510809499;
- i) HIDMA- Hidráulica e Automação, S.A. – 505044897.

3. Em observância do disposto no artigo 35.º-A, n.º 3 do CCP, não foram fornecidos, aos consultados, quaisquer elementos que os pudessem colocar em vantagem concorrencial.

4. Em cumprimento do disposto no artigo 35.º-A, n.º 4 do CCP, a comunicação eletrónica enviada aos consultados, com os elementos fornecidos para consulta, consta do **ANEXO VI** ao Programa do Procedimento.

Cláusula 6.ª

(Vinculação da Adjudicatária)

O acordo quadro apenas vincula a entidade selecionada relativamente à conclusão de contratos de aquisição que compreendam, no todo ou em parte, os materiais identificados para cada um dos lotes previstos no n.º 2 da cláusula 2.ª do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 7.ª

(Atualização de características dos bens)

1. A Entidade Adjudicante pode, nos termos do n.º 3 do artigo 257.º do *Código dos Contratos Públicos*, atualizar as características dos bens a adquirir ao abrigo do acordo-quadro, modificando-as ou substituindo-as por outras, mantendo sempre o tipo de prestação e os objetivos das especificações previstas nas peças do procedimento, sempre que tal se justifique em função da ocorrência de inovações tecnológicas.

2. Considera-se, para efeitos do número anterior, inovação tecnológica a evolução do produto que incorpore a exploração de uma nova ideia, uma outra finalidade ou otimize a sua utilização, aplicação ou execução.

3. No caso previsto no número anterior, os preços indicados no acordo-quadro, serão objeto de acerto ou atualização em função dos referenciais de mercado, caso se

mostrem preenchidos os requisitos para a reposição do equilíbrio financeiro previstos no artigo 282.º do *Código dos Contratos Públicos*.

4. O Adjudicatário prestará à Entidade Adjudicante as informações indispensáveis à concretização do disposto no número anterior no prazo máximo de 72h contado da receção da interpelação, sem prejuízo da possibilidade da Entidade Adjudicante, em caso de necessidade urgente, poderem impor um prazo inferior.

Cláusula 8.^a **(Inclusão de bens)**

1. Sem prejuízo do disposto na cláusula anterior, o acordo-quadro a celebrar pode ser modificado nos termos previstos no artigo 312.º do *Código dos Contratos Públicos*, sempre que verificarem os pressupostos legais para o efeito.

2. A modificação prevista no número anterior traduz-se na inclusão, a todo o tempo, de novos artigos de bens não diretamente representados no mapa que integra o **Anexo III ao Programa do Procedimento** e não enquadráveis na Cláusula 7.^a, desde que os bens a adquirir:

- a) Apresentem uma conexão material, objetiva e funcional relevante, direta ou indireta, com algum dos bens previstos no acordo-quadro ou com a finalidade deste;
- b) Se destinem ao cumprimento dos objetivos e pressupostos que presidiram à celebração do acordo-quadro;
- c) Se mostrem imprescindíveis para a satisfação de necessidades públicas a cargo da Entidade Adjudicante;
- d) Não representem uma alteração substancial à finalidade, propósito e natureza do acordo-quadro.

3. O preço a pagar pelo fornecimento de bens a incluir no acordo-quadro, nos termos do número anterior, será fixado com base na solicitação de uma proposta de preço.

4. O Adjudicatário fica obrigado a apresentar à Entidade Adjudicante, por comunicação eletrónica através do canal indicado, a proposta indicada no número anterior no prazo máximo de 72h contado da data da receção da interpelação, sem prejuízo da possibilidade da Entidade Adjudicante, em caso de necessidade urgente, poder impor um prazo inferior.

5. Para efeitos do disposto no n.º 3, o preço será definido na sequência de negociação entre as partes, tomando por consideração os preços praticados no momento no mercado e à luz da economia global do acordo-quadro.

6. As aquisições a realizar ao abrigo desta cláusula deverão observar os prazos de entrega previstos na cláusula 21.^a, para bens do mesmo tipo ou família, na medida do possível.

7. Aprovada a inclusão, nos termos do número precedente, os bens aditados passarão a integrar a lista representada no **Anexo III** ao Programa do Procedimento para efeitos de aquisições futuras, não obstante se encontrarem sempre afetos à limitação prevista no número seguinte.

8. As aquisições a realizar de bens incluídos no objeto do acordo-quadro, por intermédio do clausulado na presente cláusula, não poderão representar um valor agregado de despesa superior a 50% do preço acumulado, por lote, de todas as aquisições a realizar ao abrigo do acordo-quadro.

Capítulo II – Celebração do Acordo Quadro

Cláusula 9.^a

(Contratos de aquisição de bens)

O acordo quadro será outorgado entre a Entidade Adjudicante e o Adjudicatário sobre cuja proposta tenha recaído a decisão de adjudicação de cada um dos lotes.

Cláusula 10.^a

(Apresentação de propostas circunscritas)

Nos posteriores contratos de aquisição de bens, o respetivo adjudicatário está vinculado aos preços unitários por si oferecidos no procedimento e que constam do acordo quadro, preços estes que, constituirão os respetivos preços máximos garantidos.

Cláusula 11.^a

(Vigência do acordo quadro)

I. O acordo quadro será celebrado pelo prazo de 2 (dois) ANOS a contar da data nele a fixar OU pelo período que decorra desde esta data até que sejam atingidos os valores máximos por lote previstos no n.º 4 da Cláusula 4.^a, o que que ocorrer primeiro.

2. A Entidade Adjudicante poderá exercer o direito de opção previsto na Cláusula 3.^a do presente caderno de encargos até ao último dia do prazo de vigência do acordo quadro.

Cláusula 12.^a

(Forma e documentos contratuais)

1. O acordo quadro será celebrado por escrito.
2. Consideram-se integrados no acordo quadro, fazendo dele parte integrante os seguintes documentos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta da entidade selecionada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pela entidade selecionada;
 - f) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pela entidade selecionada nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
5. O estabelecimento, na proposta, de termos ou condições não admitidas por este Caderno de Encargos e que não tenham sido detetadas em fase pré-contratual consideram-se não escritas e de nenhum efeito.
6. As normas e prescrições a considerar na aquisição dos bens que não sejam taxativamente indicadas no contrato ou neste Caderno de Encargos, nem constem de

disposições legais ou regulamentares em vigor, deverão ser as que melhor se coadunam com a natureza dos bens a fornecer.

Cláusula 13.^a

(Obrigações principais da entidade selecionada)

- I. Constituem obrigações da Entidade Selecionada quanto ao acordo quadro:
 - a) Fornecer todos os materiais que lhes forem adjudicados ao abrigo do acordo quadro ou, em caso de descontinuidade dos modelos propostos, outros que garantam as características de conformidade técnica e total compatibilidade com o equipamento onde são aplicados;
 - b) Respeitar as especificações técnicas impostas a cada um dos materiais adjudicados, mesmo que estas sejam referenciadas por equivalência a marcas;
 - c) Cumprir o prazo de entrega dos materiais fixado no Caderno de Encargos;
 - d) Efetuar a entrega dos materiais na Estação de Tratamento de Água, sita na Rua da Companhia das Águas, n.º 706, 4415-679 Lever;
 - e) Cumprir com os preços máximos constantes da proposta apresentada;
 - f) Comunicar antecipadamente à Entidade Adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos bens adjudicados ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações.
 - g) Apresentar a informação técnica e de mercado indispensável à concretização do disposto nas cláusulas 7.^a e 8.^a deste caderno de encargos;
2. Os materiais a fornecer devem possuir marcação CE, cumprir os requisitos constantes do **Anexo III ao Programa do Procedimento**, sempre que aplicável, e a respeitar o previsto no ponto 7.1 do regulamento de fornecedores disponibilizado em www.addp.pt, com as eventuais atualizações posteriores.

Cláusula 14.^a

(Obrigações complementares da entidade selecionada)

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, neste Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para a entidade selecionada, as seguintes obrigações gerais, para cada um dos lotes:

- a) Não alterar as condições de execução contratual fora dos casos previstos no Caderno de Encargos;
- b) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições da aquisição de bens, bem como fornecer todos os esclarecimentos que se justifiquem de acordo com as circunstâncias;
- c) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do acordo quadro ou dos contratos celebrados ao seu abrigo e que altere, designadamente, a sua denominação social, representantes legais, situação jurídica ou comercial;
- d) Garantir os fornecimentos que lhe forem adjudicados com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- e) Não divulgar ou comunicar a terceiros, sem expresse consentimento da Entidade Adjudicante, qualquer informação recebida desta, bem como elementos, estudos ou resultados relacionados com o objeto do acordo quadro;
- f) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da Entidade Adjudicante, ou dos seus representantes;
- g) Prestar todos os esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados pela Entidade Adjudicante.

Cláusula 15.^a

(Suspensão de vigência do acordo quadro)

1. A Entidade Adjudicante pode, em qualquer momento, por comprovados motivos de interesse público, suspender total ou parcialmente a vigência do acordo quadro.

2. O adjudicatário não poderá exigir qualquer indemnização da Entidade Adjudicante, com fundamento na suspensão total ou parcial do acordo quadro de que é outorgante.

Capítulo III – Celebração dos Contratos de Aquisição

Cláusula 16.^a

(Natureza dos contratos de aquisição)

Os contratos a celebrar ao abrigo do acordo-quadro assumem o tipo de contratos de fornecimento.

Cláusula 17.^a

(Aquisição competitiva em mercado concorrencial)

1. Nos termos do disposto no artigo 256.º-A do CCP, sempre que a Entidade Adjudicante tiver conhecimento da prática, no mercado, de preços inferiores aos da proposta da adjudicatária, pode optar por proceder à aquisição através de qualquer outro procedimento, sempre que, sopesado o preço proposto, tal se mostre economicamente mais vantajoso.

2. O disposto no número anterior é apenas aplicável quando ficar demonstrado que, para uma dada aquisição de bens, a utilização do Acordo-Quadro levaria ao pagamento de um preço, por unidade de medida, pelo menos, 10% superior ao preço demonstrado pela Entidade Adjudicante para objeto com as mesmas características e nível de qualidade.

Cláusula 18.^a

(Procedimento de adjudicação)

1. Ocorrendo a necessidade de fornecimento de bens objeto do presente acordo quadro, as Entidades Adjudicantes notificam a Adjudicatária através do envio de Nota de Encomenda (NE) com a discriminação dos bens e respetivas quantidades a fornecer.

2. A nota de encomenda (NE) corresponderá ao exercício do direito de opção previsto na cláusula 3.^a do presente Caderno de Encargos e, em consequência, à celebração dos contratos de aquisição, sem prejuízo desta ser precedida do contrato a celebrar no caso de o mesmo dever ser reduzido a escrito por ultrapassar o montante fixado no artigo 95.º, nº I, alínea a) do CCP.

3. A nota de encomenda (NE) deverá ser emitida com base nos preços acordados entre a entidade adjudicante e a entidade selecionada, nas situações abrangidas pelas cláusulas 7.^a n.º 3 e 8.^a n.º 3 do presente Caderno de Encargos.

4. Sempre que a *adjudicatária* execute o fornecimento do bem ou produto da marca que caracteriza a especificação técnica, a aquisição proceder-se-á de forma imediata, mediante a emissão e envio da nota de encomenda, sem necessidade de prévia avaliação de conformidade por parte da Entidade Adjudicante.

5. Se a *Adjudicatária* pretender executar o fornecimento do bem ou produto de marca equivalente à que caracteriza a especificação técnica, a Entidade Adjudicante sujeitará o produto proposto à análise de conformidade da equivalência, com base nos parâmetros seguintes:

- Os níveis de qualidade global;
- Os níveis de desempenho ambiental e climático;
- A conceção que preveja todas as utilizações necessárias à função manutenção da AdDP;
- A avaliação da operacionalidade e conformidade na fase da operação de manutenção;
- O desempenho, nomeadamente em termos de duração, eficiência, facilidade de desenvolvimento das tarefas manutenção, custos associados ao ciclo de vida do bem e facilidade de stockagem;
- A utilização do produto;
- A segurança ou as dimensões;
- A terminologia, os símbolos, os ensaios e métodos de ensaio;
- A marcação e rotulagem;
- As instruções de utilização.

6. Se o tipo de produto não for equivalente em todos os parâmetros indicados no número anterior, a *Adjudicatária* fica obrigada a fornecer o produto da marca de referência, não se admitindo nova proposta e teste de equivalência, dada a urgência na execução do fornecimento.

7. Os bens serão entregues no prazo máximo estabelecido no n.º I da Cláusula 20.^a e no local previsto na alínea d), do n.º I da Cláusula 13.^a.

8. Rececionados os bens, o representante da Entidade Adjudicante, ou quem este indicar, assinará a correspondente guia de transporte que atestará a entrega dos bens e a conclusão do contrato de aquisição.

Capítulo IV – Contratos de Aquisição de Bens

Cláusula 19.^a

(Conformidade e operacionalidade dos bens)

1. O Adjudicatário obriga-se a entregar à Entidade Adjudicante os bens objeto do acordo quadro com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no **Anexo III ao Programa do Procedimento**.

2. Os bens devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.

3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

Cláusula 20.^a

(Prazo de vigência do contrato de aquisição e local de entrega dos bens)

1. O prazo de vigência do contrato de aquisição, o qual corresponde ao prazo de fornecimento de todos os bens que consubstanciam o seu objeto, é no máximo de:

a) **até 12 (doze) semanas**, contadas da receção da notificação (NE/Nota de Encomenda) para proceder ao fornecimento de materiais com DN superior a 300 e/ou PN superior a 25, inclusive, com exceção daquele que seja fixado para os bens previstos nas Cláusulas 7.^a e 8.^a;

b) **até 6 (seis) semanas**, contadas da receção da notificação (NE/Nota de Encomenda) para proceder ao fornecimento dos restantes materiais, com exceção daquele que seja fixado para os bens previstos nas Cláusulas 7.^a e 8.^a.

2. A notificação a que alude o número anterior deverá ser efetuada pela AdDP ao adjudicatário por escrito, podendo ocorrer, inclusivamente, por qualquer meio de transmissão eletrónica de dados.

3. Sempre que, comprovadamente, e por causa não lhe seja imputável, o adjudicatário se encontre temporariamente impossibilitado de executar o fornecimento dentro dos prazos fixados no n.º 1 da presente Cláusula, a entidade adjudicante, nos casos em que mantenha o interesse no mesmo, poder-lhe-á conceder prorrogações de prazo ajustadas à causa impossibilitante e à manutenção do seu interesse no

fornecimento. A formalização das prorrogações aqui previstas será efetuada através de pedido escrito efetuado pelo adjudicatário, através de e-mail dirigido ao gestor do contrato, acompanhado de prova irrefutável que determina a impossibilidade temporária, e pela resposta do gestor do contrato, também, será enviada por e-mail ao adjudicatário, no qual este aprova o prazo de prorrogação solicitado ou onde estipula outro que considere como adequado ao caso concreto.

4. O adjudicatário mostra-se obrigado a comunicar antecipadamente ao Contraente Público os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos bens adjudicados ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações.

5. Os bens devem ser, impreterivelmente, entregues no local referido na alínea d) do n.º I da cláusula 13.^a do Caderno de Encargos.

6. Enquanto subsistirem efeitos económicos decorrentes do contexto de guerra na Europa e de crise energética, conquanto sejam identificadas evidentes distorções nas cadeias de distribuição, suscetíveis de inviabilizar o cumprimento de prazos razoáveis para o fornecimento, e na medida em que o fornecimento possa ser perturbado por tais circunstâncias, o Contraente Público tolerará tais atrasos através de eventuais prorrogações de prazo, desde que justificado e, nos termos previstos nos CCP.

7. O incumprimento do previsto nos números anteriores, por facto imputável à Adjudicatária, atribui à Entidade Adjudicante o direito à aplicação das penalidades contratuais previstas na Cláusula 29.^a do Caderno de Encargos, sem prejuízo da prerrogativa de resolução contratual nos termos do disposto na Cláusula 31.^a deste normativo.

8. Com a entrega dos bens, e verificada a conformidade do produto nos termos previstos nas Cláusulas 23.^a e 24.^a seguintes, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para a Entidade Adjudicante, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre os fornecedores.

9. O Adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.

10. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do Adjudicatário.

Cláusula 21.^a

(Garantia de continuidade de fabrico)

O Adjudicatário deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento dos bens objeto do contrato pelo prazo de vigência do mesmo ou, em caso de descontinuidade dos modelos outros que garantam as características de conformidade técnica e total compatibilidade com o equipamento onde são aplicados.

Cláusula 22.^a

(Marcas e patentes)

1. Correm integralmente por conta do adjudicatário os encargos ou a responsabilidade civil decorrentes da incorporação em qualquer dos bens objeto do contrato, ou da utilização nesses mesmos bens, de elementos de construção, de *hardware*, de *software* ou de outros que respeitem a quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.

2. A eventual indicação, no presente Caderno de Encargos, bem como na lista de artigos a fornecer ao abrigo do acordo quadro a celebrar, que integra o **Anexo III ao Programa do Procedimento**, de marcas comerciais ou industriais, de patentes ou modelos, ou de uma origem ou produção determinadas deve, sempre e sem exceção, ser interpretada como indicativa e ilustrativa das especificações dos bens a fornecer, sendo-lhe atribuído o significado do mesmo tipo ou equivalente.

Cláusula 23.^a

(Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias)

1. No caso da inspeção do cumprimento das especificações técnicas dos bens não comprovar a total operacionalidade dos bens objeto do acordo quadro, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo III ao Programa do Procedimento**, a Entidade Adjudicante deve disso informar, por escrito, o Adjudicatário.

2. No caso previsto no número anterior, o Adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Entidade Adjudicante, às reparações

ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos equipamentos e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo Adjudicatário, no prazo respectivo, a Entidade Adjudicante procede à realização de nova inspeção.

Cláusula 24.^a

(Aceitação dos bens)

Caso a inspeção a que se refere a cláusula 23.^a comprove a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo III ao Programa do Procedimento**, consideram-se os mesmos aceites.

Cláusula 25.^a

(Garantia técnica)

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o Adjudicatário garante os bens objeto do contrato, pelo prazo mínimo de três anos a contar da data da aceitação dos bens, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos previstos, que se revelem a partir da data da aceitação expressa do bem.

2. A garantia prevista no número anterior abrange:

- a) O fornecimento de quaisquer peças ou componentes em falta;
- b) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- c) O fornecimento das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
- d) O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;

e) A deslocação ao local de entrega.

3. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pela Entidade Adjudicante e sem grave inconveniente para esta última, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

Cláusula 26.^a

(Modificação do acordo quadro)

A modificação do conteúdo do acordo quadro, designadamente de especificações técnicas dos bens a que se encontra adstrito o Adjudicatário, só pode ser realizada por acordo entre o Adjudicatário e a Entidade Adjudicante e sempre com a observância das regras estipulados no Código do Contratos Públicos.

Cláusula 27.^a

(Condições de pagamento)

1. As quantias devidas pela Entidade Adjudicante, em virtude da correta e completa execução dos contratos de aquisição, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção por aquela, das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens objeto do contrato, salvo se os mesmos se mostrarem desconformes, na sequência da inspeção a que alude a Cláusula 23.^a.

3. A faturas são emitidas pelo Adjudicatário em formato eletrónico nos termos do n.º I do artigo 299.º-B do CCP, e com a informação complementar a fornecer oportunamente pela Entidade Adjudicante e os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados.

4. Para efeitos do número anterior, as faturas eletrónicas a emitir pelo Adjudicatário deverão ser enviadas para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa “eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.”.

5. Caso o Adjudicatário não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:

- a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab>;
- b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab1>;
- c) Preencher o formulário de adesão: https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIU5;

6. Em caso de incumprimento da periodicidade da faturação resultante de facto não imputável à Entidade Adjudicante, não acrescem ao montante faturado quaisquer juros de mora.

7. A emissão de segundas vias das faturas solicitada pela Entidade Adjudicante não será objeto de qualquer cobrança adicional.

8. Em caso de discordância por parte da ADDP, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

9. A falta de pagamento dos valores contestados pelo contraente público não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do adjudicatário, devendo, no entanto, o contraente público proceder ao pagamento da importância não contestada.

10. Desde que devidamente emitidas, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo adjudicatário.

11. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao adjudicatário serão automaticamente suspensos por igual período.

Capítulo V – Penalidades Contratuais e Resolução

Cláusula 28.^a

(Incumprimento do contrato)

1. O incumprimento pelo Adjudicatário das obrigações que sobre ele impendem, fixadas no acordo quadro ou nos contratos de aquisição celebrados ao seu abrigo, confere à Entidade Adjudicante, o direito à resolução do acordo quadro, sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas.

2. Considera-se existir incumprimento quando, designadamente, se verifique uma das seguintes situações:

- a) O incumprimento ou cumprimento defeituoso repetido e gravoso das obrigações emergentes do acordo-quadro ou de algum dos contratos celebrados ao seu abrigo, por facto imputável ao cocontratante;
- b) Não cumprimento definitivo do acordo quadro ou de algum dos contratos celebrados ao seu abrigo, por facto imputável ao Adjudicatário, designadamente as previstas na Cláusula 29.^a do Caderno de Encargos;
- c) Não cumprimento de alguma das obrigações impostas no Caderno de Encargos ou demais documentos que integram o procedimento;
- d) O não fornecimento dos bens ou o não fornecimento no prazo fixado, em número superior a cinco vezes, nos termos prescritos no presente Caderno de Encargos;
- e) Inobservância das regras procedimentais inerentes à adjudicação de qualquer fornecimento, tal qual se encontram definidas no presente Caderno de Encargos;

Cláusula 29.^a

(Penalidades contratuais)

I. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do acordo quadro ou dos contratos de aquisição, a Entidade Adjudicante pode exigir do Adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a graduar em função da gravidade do incumprimento e dos prejuízos gerados, delimitadas nos termos seguintes:

- a) Pelo incumprimento da obrigação de fornecimento dos bens decorrida que esteja I (uma) semana contada do termo do prazo de fornecimento previsto no n.º I da Cláusula 20.^a, ou daquele que seja fixado para os bens previstos nas Cláusulas 7.^a e 8.^a, será aplicada uma penalidade contratual correspondente até 20% do valor global da encomenda e em montante nunca inferior a 100,00 EUR (cem euros);
- b) Pelo incumprimento da obrigação de apresentar proposta ou prestar informações indispensáveis à formação do preço e do prazo para a formação dos contratos de aquisição, e por cada dia de atraso contado do termo daquele prazo, será aplicada uma penalidade

contratual correspondente, no máximo, até 5% do valor global da proposta e em montante nunca inferior a 20,00 EUR (vinte euros);

- c) Pelo incumprimento da obrigação de reparação ou substituição dos materiais defeituosos nos termos da Cláusula 23.^a do Caderno de Encargos, será aplicada uma penalidade contratual que pode ser fixada até ao montante de 100,00 EUR (cem euros) acrescido do valor dos materiais sobre os quais recai a obrigação;
- d) Pelo incumprimento da obrigação de continuidade de fabrico ou da sua substituição por outro adequado nos termos estipulados na Cláusula 21.^a, será aplicada uma penalidade contratual que pode ser fixada até 20% do valor da encomenda.
- e) Por cada avaria dos equipamentos causada pelo mau desempenho de qualquer um dos materiais fornecidos aplicar-se-á uma penalidade até ao montante correspondente ao valor da encomenda.

2. A sanção prevista na alínea a) do n.º I da presente cláusula não será aplicável, durante o período de escassez de bens decorrente da guerra em espaço europeu e da crise energética, até ao limite de 3 meses de incumprimento.

3. A sanção prevista na alínea a) do n.º I da presente Cláusula será reduzida equitativamente caso representem um valor superior a 30% do valor do contrato de aquisição (da encomenda).

4. Na determinação da gravidade do incumprimento das alíneas a), c) e d), a Entidade Adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração e a sua eventual reiteração.

5. Os valores das sanções previstas nos números anteriores são cumulativas, mas limitadas nos termos dos artigos 329.º, n.ºs 2 e 3, do CCP.

6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Entidade Adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

7. O ressarcimento da Entidade Adjudicante ditado pela aplicação de cláusula penal prevista no presente normativo, poderá ainda efetuar-se por compensação daquele seu crédito com qualquer outro que sobre ele tenha o Adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 847.º do Código Civil.

Cláusula 30.^a

(Força maior)

1. Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havido como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 31.^a

(Resolução por parte da Entidade Adjudicante)

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) O não fornecimento dos bens nas quantidades e qualidade contratadas, em número superior a cinco vezes, nos termos prescritos no presente Caderno de Encargos;
- b) Atraso na entrega dos bens objeto do acordo quadro, em número superior a dez vezes, nos termos prescritos no presente Caderno de Encargos;
- c) Incumprimento da obrigação de reparação ou substituição dos bens nos termos da Cláusula 20.^a do Caderno de Encargos, em número superior a dez vezes.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.

3. A resolução sancionatória do acordo quadro, pelo incumprimento definitivo do mesmo pelo cocontratante, assim como a resolução sancionatória de qualquer um dos contratos (optativos) celebrados ao seu abrigo, constitui a Entidade Adjudicante, no direito a uma indemnização pelos prejuízos sofridos pelo inadimplemento da contraparte, indemnização essa que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 810.º do Código Civil, se fixa em 2.000,00 EUR (dois mil euros).

4. O disposto no número precedente não obsta a que a Entidade Adjudicante, exija indemnização pelo dano excedente à pré-liquidação ali concretizada.

Cláusula 32.^a

(Resolução por parte do Adjudicatário)

1. O direito de resolução por parte do adjudicatário é exercido por via judicial.

2. A resolução do contrato nos termos do número anterior não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 33.^a

(Cessão da posição contratual no acordo quadro)

A Adjudicatária não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem prévia autorização escrita da Entidade Adjudicante e, desde que não se verifique algum dos impedimentos previstos no artigo 317.º e se cumpram os requisitos previstos no artigo 318.º, ambos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01.

Cláusula 34.^a

(Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante)

1. Verificando-se o incumprimento do Adjudicatário das suas obrigações assumidas com a celebração do contrato, que preencham os requisitos da resolução do mesmo, a Entidade Adjudicante pode, em alternativa à resolução do contrato, ordenar a cessão da posição contratual do Adjudicatário, ao(s) concorrente(s) do procedimento pré-contratual que precedeu a celebração do contrato, pela ordem sequencial do citado procedimento.

2. Para o efeito previsto na parte final do número anterior, a Entidade Adjudicante interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré-contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão do contrato.

3. A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.

4. A cessão da posição contratual opera por mero efeito de ato da Entidade Adjudicante, sendo eficaz a partir da data por esta indicada.

5. Os direitos e obrigações do Adjudicatário, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido na cláusula anterior, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.

6. As obrigações assumidas pelo Adjudicatário cedente depois da notificação referida no número 4 apenas vinculam a entidade cessionária quando esta assim o declare, após a cessão.

7. A caução e as garantias prestadas pelo Adjudicatário cedente para a execução do contrato, se exigidas, são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas seis meses após a data da cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pela Entidade Adjudicante aos respetivos depositários ou emitentes.

8. A posição contratual do Adjudicatário cedente nos subcontratos por si celebrados transmite-se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta.

Capítulo VI – Disposições Finais

Cláusula 35.^a

(Foro competente)

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 36.^a

(Regulamentos dos fornecedores)

O Regulamento dos Fornecedores da Entidade Adjudicante, disponível no seu site <http://www.addp.pt> deverá ser integralmente cumprido. Neste Regulamento consta a documentação que deverá ser apresentada, antes de início da execução do contrato.

Cláusula 37.^a

(Tratamento de dados pessoais)

I. No caso de o adjudicatário necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na

qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções do contraente público, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.

2. O adjudicatário não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.

3. O adjudicatário deve cumprir rigorosamente as instruções do contraente público no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.

4. O adjudicatário deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição accidental ou ilícita, perda accidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.

5. O adjudicatário deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pelo contraente público, ou por quem atue em representação deste.

6. O adjudicatário deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente contrato e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, sendo o adjudicatário responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.

7. Mediante solicitação escrita do contraente público, o adjudicatário deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.

8. O adjudicatário deve comunicar de imediato ao contraente público quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.

9. O adjudicatário encontra-se adstrito a notificar de imediato o contraente público de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.

10. Se o adjudicatário tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição accidental ou não autorizada de

dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, o contraente público disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que o contraente público possa razoavelmente solicitar.

11. Quando se verificar uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao adjudicatário, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para o contraente público:

a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;

b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e

c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.

12. O adjudicatário obriga-se a ressarcir o contraente público por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.

13. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do adjudicatário e a verificação de inexistência de garantias de compliance do adjudicatário é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pelo contraente público, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 38.^a

(Conservação de dados pessoais)

1. O adjudicatário deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a um ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pelo contraente público.

2. Dependendo da opção do contraente público, o adjudicatário apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do Contrato,

apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 39.^a

(Transferência de dados pessoais)

O adjudicatário não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita do contraente público, exceto se o adjudicatário for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, o contraente público antes de proceder a essa transferência.

Cláusula 40.^a

(Comunicações e notificações)

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes de cada acordo quadro, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma delas, identificados no instrumento contratual.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 41.^a

(Contagem dos prazos)

Os prazos previstos no Caderno de Encargos são contínuos, correndo aos sábados, domingos e dias feriados.

ANEXO I

Listagem de Equipamentos e Infraestruturas

Disponibilizado em formato “excel” em ficheiro anexo.